



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 1453/2022-1

**EDITAL DO PROAD Nº 1453/2022-1  
PREGÃO ELETRÔNICO**

**Objeto:** Contratação de fornecimento eventual de poltronas giratórias e cadeiras fixas para o TRT da 15ª Região, conforme condições e especificações contidas no Termo de Referência - Anexo I, parte integrante deste edital.

**NOTA 1:** As especificações consignadas no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br> são apenas referenciais. Devem ser consideradas única e exclusivamente as descrições e as especificações técnicas constantes do edital.

**NOTA 2:** A presente licitação é regida pela Lei n.º 8.666/93 e demais normativos consignados no preâmbulo deste edital, nos termos do artigo 191, da Lei 14.133/2021.

**Registro de Preços:** Sim **Possibilidade de Adesão:** Não

**Exclusiva ME/EPP:** Não

**Margem de Preferência:** Não

**Valor Total Estimado:** R\$ 799.471,62

**Data e local da disputa:** 26/10/2022, às 14 horas, no Portal de Compras do Governo Federal - <https://www.gov.br/compras/pt-br>

**Licitação nº:** 55/2022 **UASG do TRT15:** 080011

**Vistoria Prévia:** Não se aplica

**Amostra/Material Técnico ilustrativo:** Ver Anexo I ao Edital

**Laudos/Certificados:** Não se aplica

**Documentos de Habilitação**

**Vide Item 9 do Edital**

**Prazos**

**Envio de proposta e documentação por meio eletrônico**

2 horas após solicitação do pregoeiro pelo sistema

**Pedido de esclarecimentos**

Até 3 dias úteis anteriores ao pregão

**Impugnação**

Até 3 dias úteis anteriores ao pregão

**Endereço eletrônico para todas as tratativas referentes ao presente certame**

[licita@trt15.jus.br](mailto:licita@trt15.jus.br)

**Telefones:** (19) 3231-9500 ramais 2580/2523 \*

\* Em virtude da Portaria Conjunta GP-VPA-VPJ-CR Nº 003/2020, atendimentos por telefone foram suspensos. Somente via e-mail.



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 1453/2022-1

## **EDITAL DO PROAD Nº 1453/2022-1**

### **PREGÃO ELETRÔNICO – REGISTRO DE PREÇOS**

Torna-se público que o Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, por meio da Coordenadoria de Licitações, sediada na Rua Dr. Quirino, 1080, Centro de Campinas/SP, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, das Instruções Normativas SEGES/MP nº 03, de 26 de abril de 2018, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e as exigências estabelecidas neste Edital.

#### **DAS DATAS E DO ENDEREÇO ELETRÔNICO**

<b>a. Início da disputa de preços:</b>	<b>26/10/2022, às 14 horas</b>
<b>b. Local da Disputa:</b>	<b>Portal de Compras do Governo Federal - <a href="https://www.gov.br/compras/pt-br">https://www.gov.br/compras/pt-br</a></b>
<b>c.: Critério de Julgamento:</b>	<b>Menor preço por item</b>

## **1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a Contratação de fornecimento eventual de poltronas giratórias e cadeiras fixas para o TRT da 15ª Região, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital, no Termo de Referência - Anexo I, parte integrante deste edital, bem como nos esclarecimentos eventualmente consignados no Portal de Compras do Governo Federal - <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço do item, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

## **2. DO REGISTRO DE PREÇOS**

2.1. As regras referentes ao órgão gerenciador e participante, bem como a eventuais adesões, são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

## **3. DO CREDENCIAMENTO**

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 1453/2022-1

3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

#### **4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO**

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

4.1.1. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema

4.1.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.2.1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.2.2. que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.2.3. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 1453/2022-1

4.2.4. que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

4.2.5. que estejam sob falência, concurso de credores ou em processo de dissolução ou liquidação;

4.2.6. entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

4.2.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

4.3. Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem modelo de gestão operacional adequado ao objeto desta licitação, com compartilhamento ou rodízio das atividades de coordenação e supervisão do objeto contratual, e desde que a execução ocorra obrigatoriamente pelos cooperados, vedando-se qualquer intermediação ou subcontratação.

4.3.1. Em sendo permitida a participação de cooperativas, serão estendidas a elas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte quando elas atenderem ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

4.4. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará "sim" ou "não" em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.4.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

4.4.1.1. nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame;

4.4.1.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.4.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.4.3. que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.4.4. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.4.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.6. que a proposta foi elaborada de forma independente.



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 1453/2022-1

4.4.7. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.8. que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

4.5. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

## **5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

5.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

5.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

## **6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 1453/2022-1

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. valor unitário e total de cada item;

6.1.2. Marca;

6.1.3. Fabricante;

6.1.4. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens;

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 120 (cento e vinte) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

6.6.1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.

7.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 1453/2022-1

7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser R\$ 1,00 (um Real).

7.9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto e fechado", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.10. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.11. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.11.1. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 1453/2022-1

7.12.1. Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.13. Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação

7.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.18. O critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.

7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.21. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.22. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.23. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5%





Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 1453/2022-1

(cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.24. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.25. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.26. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, ao objeto produzido:

7.26.1. no país;

7.26.2. por empresas brasileiras;

7.26.3. por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.26.4. por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

7.27. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

7.28. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.28.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.28.2. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.28.2.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita por meio do e-mail [licita@trt15.jus.br](mailto:licita@trt15.jus.br), pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.29. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.**



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 1453/2022-1

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

8.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

8.2.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.3. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

8.4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

8.5. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

8.5.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita por meio do e-mail [licita@trt15.jus.br](mailto:licita@trt15.jus.br) , pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.5.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

8.6. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.7. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

8.8. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 1453/2022-1

ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.9. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

## 9. DA HABILITAÇÃO

9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (CNEP) ([www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep](http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep))

d) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).

e) Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:CERTIDAO:0:>);

9.1.1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas "b", "c", "d" e "e" acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

9.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.1.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.1.2.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.1.2.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 1453/2022-1

9.1.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.1.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitante será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

9.2.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

9.2.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

9.2.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

9.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

9.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.7. Ressalvado o disposto no item 5.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 1453/2022-1

#### **9.8. Habilitação jurídica:**

9.8.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

9.8.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.8.4. inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.8.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.8.6. decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País.

9.8.7. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

9.8.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **9.9. Regularidade fiscal e trabalhista:**

9.9.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.9.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.9.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.9.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 1453/2022-1

termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.9.5. prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal/estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.9.6. prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.9.7. caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais/municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual/Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

#### **9.10. Qualificação Econômico-Financeira:**

9.10.1. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

#### **9.11. Qualificação Técnica:**

9.11.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

9.11.1.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, a empresa licitante deverá apresentar os seguintes documentos:

a) Quanto à Capacitação Operacional: Apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, em nome da licitante, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, com a discriminação dos produtos e as respectivas quantidades, que comprove(m) ter fornecido, satisfatoriamente, produtos com características semelhantes aos objetos desta contratação, em quantidades de, pelo menos, 30% para os itens pedidos neste processo de aquisição.

9.11.2. Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

9.11.3. Em relação às licitantes cooperativas será, ainda, exigida a seguinte documentação complementar:

9.11.3.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764 de 1971;

9.11.3.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 1453/2022-1

9.11.3.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.11.3.4. O registro previsto na Lei n. 5.764/71, art. 107;

9.11.3.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

9.11.3.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

9.11.3.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764/71 ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9.12. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.13. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.13.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.14. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.15. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.16. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 1453/2022-1

9.17. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.18. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.19. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação.

9.19.1. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a habilitação recairá sobre o(s) primeiro(s) item(ns) arrematado(s) pela licitante, verificada a ordem cronológica de encerramento do item, conforme mensagem emitida no chat pelo sistema.

9.19.1.1. Caso haja item(ns) arrematado(s) concomitantemente (na mesma hora, minuto e segundo, a ser verificado no sistema), a habilitação recairá sobre o item de maior valor.

9.19.1.2. Não se aplica o presente subitem para o arremate que se deu por inabilitação / desclassificação de licitante anterior.

9.20. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

## **10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA**

10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 02 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal, conforme modelo do Anexo II.

10.1.2. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento (ver Anexo II).

10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.





Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 1453/2022-1

10.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

10.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

10.7. Considera-se, para efeito de **hora / dia útil**, o horário / período compreendido entre **08 e 18 horas, de segunda a sexta-feira, com exceção de feriados e recessos forenses**.

## 11. DOS RECURSOS

11.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de até 60 (sessenta) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 1453/2022-1

11.4 .Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

## **12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

## **13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

## **14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

14.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

## **15. DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS**

15.1. Será exigida garantia contratual dos bens fornecidos na presente contratação, complementar à legal, conforme prazos mínimos e demais regras constantes do Termo de Referência.

## **16. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 1453/2022-1

16.1. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

16.1.1. A assinatura do contrato ou instrumento equivalente, da Ata de Registro de Preços, bem como de quaisquer outros termos e documentos no âmbito da contratação, dar-se-á, a critério deste TRT, por meio do Sistema de Processo Administrativo Eletrônico (PROAD), acessível por meio do Portal PROAD.

16.1.2. A assinatura de documentos pelo ADJUCATÁRIO será admitida nas seguintes modalidades:

- a) assinatura digital, baseada em certificado digital, emitido por autoridade certificadora credenciada à Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP Brasil; e
- b) assinatura eletrônica, baseada em senha fornecida pelo ADJUCATÁRIO e vinculada a certificado digital gerado pelo PROAD.

16.1.3. A assinatura realizada na forma dos subitens acima será considerada válida para todos os efeitos legais.

16.2. O prazo estabelecido no subitem 16.1 para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

16.2.1. O Adjudicatário deverá fornecer a documentação solicitada pelo TRT para a realização do cadastro prévio necessário ao seu acesso e de seu representante legal, como usuários externos, ao Sistema de Processo Administrativo Eletrônico (PROAD).

16.3. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

16.3.1. Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame;

## **17. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE**

17.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

17.2. O adjudicatário terá o prazo de 01 (um) dia, contado a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

17.2.1. A assinatura do contrato ou instrumento equivalente, da Ata de Registro de Preços, bem como de quaisquer outros termos e documentos no âmbito da contratação,



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 1453/2022-1

dar-se-á, a critério deste TRT, por meio do Sistema de Processo Administrativo Eletrônico (PROAD), acessível por meio do Portal PROAD.

17.2.1.1.O Adjudicatário deverá fornecer a documentação solicitada pelo TRT para a realização do cadastro prévio necessário ao seu acesso e de seu representante legal, como usuários externos, ao Sistema de Processo Administrativo Eletrônico (PROAD).

17.2.2. A assinatura de documentos pelo adjudicatário será admitida nas modalidades de assinatura digital, baseada em certificado digital, emitido por autoridade certificadora credenciada à Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP Brasil e assinatura eletrônica, baseada em senha fornecida pelo adjudicado e vinculada a certificado digital gerado pelo PROAD.

17.2.3. A assinatura realizada na forma dos subitens acima será considerada válida para todos os efeitos legais.

17.2.4. O prazo previsto no subitem 17.2 poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

17.2.5. O e-mail de envio do termo de contrato será considerado, para todos os efeitos legais, como a notificação para assinatura do contrato.

17.2.6. Na ausência de imediata confirmação de recebimento pela empresa, a referida mensagem eletrônica de encaminhamento do contrato, desde que corretamente encaminhada para o endereço indicado pela empresa em sua proposta, será considerada recebida para todos os efeitos, no prazo de 3 (três) dias úteis a contar de sua emissão.

17.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

17.3.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

17.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

17.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

17.4. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

17.5. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 1453/2022-1

17.5.1. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

17.5.2. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

17.6. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

17.7. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

## **18. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL**

18.1. As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência – Anexo I a este Edital.

## **19. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO**

19.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência – Anexo I.

## **20. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

20.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência – Anexo I.

## **21. DO PAGAMENTO**

21.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência – Anexo I a este Edital.

## **22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

22.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 1453/2022-1

22.1.1. não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

22.1.2. não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;

22.1.3. apresentar documentação falsa;

22.1.4. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

22.1.5. ensejar o retardamento da execução do objeto;

22.1.6. não mantiver a proposta;

22.1.7. cometer fraude fiscal;

22.1.8. comportar-se de modo inidôneo;

22.2. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços, que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

22.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

22.4. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

22.4.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

22.4.2. Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

22.4.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

22.4.4. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

22.4.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Edital.

22.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 1453/2022-1

22.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

22.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

22.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

22.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

22.10. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

22.11. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

22.12. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

22.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

22.14. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência – Anexo I.

## **23. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

23.1. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

23.2. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 1453/2022-1

23.3. Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.

23.4. Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas nos artigos 20 e 21 do Decreto nº 7.892/2013.

## **24. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

24.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

24.2. A impugnação deverá ser realizada mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico: [licita@trt15.jus.br](mailto:licita@trt15.jus.br).

24.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

24.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

24.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, pelo e-mail [licita@trt15.jus.br](mailto:licita@trt15.jus.br).

24.6. O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos.

24.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

24.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

24.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração.

## **25. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

25.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

25.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente





Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 1453/2022-1

transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

**25.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.**

25.4 No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

25.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

25.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

25.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

25.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

25.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

25.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

25.11. O(s) Edital(is) está(ão) disponibilizado(s), na íntegra, no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br> e <http://portal.trt15.jus.br/pregoes-eletronicos> e também poderá(ão) ser lido(s) e/ou obtido(s) no e-mail [licita@trt15.jus.br](mailto:licita@trt15.jus.br).

25.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

25.12.1. ANEXO I - Termo de Referência;

25.12.2. ANEXO II – Proposta Atualizada;

25.12.3. ANEXO III – Minuta da Ata de Registro de Preços.

## **26. DO FORO**

Fica eleito o foro da Seção Judiciária de Campinas - Justiça Federal do Estado de São Paulo - para dirimir toda e qualquer questão que derivar da presente contratação.



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 1453/2022-1

Campinas, 13 de outubro de 2022.

**Vera Lúcia de Oliveira Ramires**  
**Secretária da Administração Substituta**



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 1453/2022-1

## ANEXO I AO EDITAL – TERMO DE REFERÊNCIA

**IMPORTANTE.** Considerando as recentes disposições editadas por este Tribunal, bem como pela Resolução CNJ nº 322/2020, motivadas pela pandemia ocasionada pela COVID-19, informamos que o acesso a todas as dependências deste Tribunal deve, obrigatoriamente, ser efetuado mediante apresentação do certificado de vacinação, tendo em vista o determinado pelo artigo 2º da Portaria GP-CR nº 010/2022 deste Tribunal.

### 1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

#### 1.1. Descrição resumida do objeto:

Registro de preços para contratação de fornecimento eventual de poltronas giratórias e cadeiras fixas para o TRT da 15ª Região, conforme as especificações e condições constantes neste Termo de Referência, bem como nos esclarecimentos eventualmente consignados no Portal de Compras do Governo Federal, site <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

**NOTA:** Em caso de divergência existente entre as especificações do objeto descritas no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br> e as especificações técnicas constantes do edital, prevalecerão estas últimas.

#### 1.2. Descrição detalhada do objeto

ITEM 1		
Descrição	Quant.	Marca/ Modelo de Referência
<b>POLTRONA GIRATÓRIA COM ESPALDAR MÉDIO E SEM APOIO DE BRAÇO. ASSENTO:</b> moldado anatomicamente dentro das normas de ergonomia; estruturado em concha; fabricado em compensado multilaminado resinado com espessura mínima de 10,5 mm ou em polipropileno injetado de alta resistência mecânica com espessura mínima de 12 mm; com mecanismo de regulagem de altura, por meio de alavanca, com curso mínimo de 50 mm; e fixado a base por estrutura em aço reforçada. <b>ENCOSTO:</b> espaldar médio; moldado anatomicamente dentro das normas de ergonomia; estruturado em concha; fabricado em compensado multilaminado resinado com espessura mínima de 10,5 mm ou em polipropileno injetado de alta resistência mecânica com espessura	600 unid.	Flexform Roma, similar ou de melhor qualidade



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 1453/2022-1

<p>mínima de 12 mm; com mecanismo de regulagem de altura com curso mínimo de 10 (dez) posições; e fixado ao assento por estrutura em aço reforçada. ESTOFAMENTO: espuma moldada anatomicamente dentro das normas de ergonomia; e fabricada em poliuretano injetado flexível de alta resistência, com densidade controlada de 45 a 55 kg/m<sup>3</sup>, com espessura média de 40 mm. REVESTIMENTO: tecido ou vinil; e com fechamento sem costura ou com costura dupla. MECANISMO: fabricado em chapa de aço estampado; com sistema anti-impacto; e regulagem de inclinação do encosto com bloqueio em qualquer posição, por meio de alavanca, com mecanismo independente ao de regulagem de inclinação do assento. BASE: giratória (360º); fabricada em nylon ou aço estampado; e apoiada em 5 (cinco) hastes fabricadas em nylon ou aço estampado. COLUNA CENTRAL: fabricada em tubo de aço com sistema de regulagem de altura por acionamento pneumático ou a gás; com rotação sobre rolamento de esferas; e sistema de acoplamento ao mecanismo e a base através de cone Morse. RODÍZIOS: duplos com diâmetro mínimo de 50 mm; fabricados em resina de engenharia injetada. ACABAMENTO: capas de proteção do contra assento e contra encosto fabricadas em polipropileno texturizado ou fibra de vidro, com espessura mínima de 3 mm. Capa telescópica da coluna central, se necessária, fabricada em polipropileno. Componentes de plástico na cor preta. Partes metálicas, utilizadas no processo de fabricação, com pintura eletrostática em epóxi pó na cor preta e tratamento anticorrosão (fosfatizado). DIMENSÕES APROXIMADAS: ENCOSTO com altura entre 490 e 518 mm e largura entre 435 e 474 mm. ASSENTO com profundidade entre 470 e 498 mm e largura entre 460 e 510 mm. OBSERVAÇÕES GERAIS: todas as poltronas deverão conter o</p>		
--	--	--



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 1453/2022-1

selo do fabricante e ser fornecidas com manual do usuário, que conste a classificação, as instruções para uso e regulagem e as recomendações de segurança cabíveis. Quando necessárias deverão ser utilizadas soldas MIG com acabamento sem falhas ou bolhas. A empresa deverá fornecer poltrona em conformidade com a norma ABNT 13962:2018, a qual especifica as características físicas e dimensionais e classifica as cadeiras para escritório, bem como estabelece os métodos para a determinação dimensional, da estabilidade, resistência e durabilidade de cadeiras de escritório, de qualquer material. ou norma mais atualizada. A espuma deverá ser de poliuretano de primeira qualidade sem a presença de carga ou impurezas, isenta de CFC e deverá atender a NBR 9178:2015 ou norma mais atualizada.		
--	--	--

ITEM 2		
Descrição	Quant.	Marca/ Modelo de Referência
<b>CADEIRA FIXA PARA OBESOS COM APOIO DE BRAÇOS.</b> Cadeira fixa para espera, com braços, em formato anatômico, mecanicamente e ergonomicamente adequada para as condições morfológicas e antropométricas dos usuários e não apenas ter a capacidade de carga maior. CRITÉRIOS NORMATIVOS: os assentos destinados ao público portador de obesidade devem atender às especificações contidas na NBR9050:2015: a) profundidade do assento mínima de 0,47 m e máxima de 0,51 m, medida entre sua parte frontal e o ponto mais frontal do encosto tomado no eixo de simetria; b) largura do assento mínima de 0,75 m, medida entre as bordas laterais no terço mais próximo do encosto. É admissível que o assento para pessoa obesa tenha a largura resultante de dois assentos comuns, desde que seja superior a esta	153 unid.	Não há.



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 1453/2022-1

<p>medida de 0,75 m; c) altura do assento mínima de 0,41 m e máxima de 0,45 m, medida na sua parte mais alta e frontal; d) ângulo de inclinação do assento em relação ao plano horizontal, de 2º a 5º; e) ângulo entre assento e encosto de 100º a 105º. Os assentos devem suportar uma carga mínima de 250 kg. f) apoios de braço devem ter altura entre 0,23 m e 0,27 m em relação ao assento. ASSENTO: Internamente confeccionado em madeira compensada, prensada e multilaminada, 18mm de espessura mínima. Estofamento com espuma de poliuretano injetado de alta resistência, com espessura mínima de 60mm e densidade mínima de 55kg/m³, flexível e indeformável, auto-extinguível, isento de CFC, alta tensão de alongamento e ruptura, baixa fadiga dinâmica e baixa deformação permanente. Face posterior do assento revestido por capa de polipropileno injetado e texturizado, com espessura mínima de 2mm, com bordas arredondadas. Assento com borda frontal curvada, conforme NBR9050:2015. ENCOSTO: Internamente confeccionado em madeira compensada, prensada e multilaminada, 18mm de espessura mínima. Estofamento com espuma de poliuretano injetado de alta resistência, com espessura mínima de 50mm e densidade mínima de 55kg/m³, flexível e indeformável, auto-extinguível, isento de CFC, alta tensão de alongamento e ruptura, baixa fadiga dinâmica e baixa deformação permanente. Encosto com formato anatômico para apoio lombar, conforme NBR9050. Face posterior do encosto revestido por capa de polipropileno injetado e texturizado, com espessura mínima de 2mm, com bordas arredondadas. ESTRUTURA: Em longarina longitudinal confeccionada em tubo metálico retangular e placas de aço estampado, soldadas à longarina com suporte de reforço. Coluna vertical fabricada em tubo metálico, soldado ao</p>		
---	--	--



<p>pé da estrutura. Pé horizontal fabricado em chapa de aço estampada, com sapatas niveladoras em polipropileno. Suporte para encosto confeccionado em chapa de aço estampado. REVESTIMENTO: Em couro sintético ou revestimento similar, cor preta. A resistência do revestimento deverá ser adequada ao uso de pessoas com até 250kg, sendo responsabilidade exclusiva do fornecedor apresentar material com as características de resistência adequadas. ACABAMENTO: Toda estrutura metálica recebe tratamento com fosfatização, anti-ferrugem e pintura eletrostática com tinta epóxi-pó cor preta com propriedades de resistência a agentes químicos. As fixações na estrutura de madeira do assento e encosto são feitas através de parafusos e porcas com garras cravadas na madeira. As soldas são de superfície lisas, uniformes e homogêneas, sem superfícies ásperas e cortantes. SUPORTE DE CARGA: As estruturas, assim como todos seus componentes e peças, devem ser adequadas ao uso de pessoas com até 250kg, sendo responsabilidade exclusiva do fornecedor apresentar materiais com as características de resistência adequadas.</p>		
---	--	--

### 1.3. Amostras

1. Não será necessário o envio de amostras. Será exigido somente o envio de material técnico ilustrativo (de todos os itens).
2. É prevista marca de referência somente para o Item 1. Caso a licitante apresente proposta com a marca de referência Flexform Roma, será dispensado o envio do material técnico ilustrativo.
3. Serão exigidos os seguintes documentos:
  - Manual e/ou material técnico ilustrativo;
  - Certificado de Conformidade de Produto junto à Associação Brasileira de normas Técnicas
  - ABNT ou outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Conmetro), conforme inciso VIII, art. 39 da Lei 8.078/1990 - Código de Defesa do Consumidor, que comprove que atende aos requisitos das Normas **ABNT NBR 13962:2018 - Esta Norma especifica as características físicas e dimensionais e classifica as cadeiras para escritório, bem como estabelece os métodos para a determinação da estabilidade, da resistência e da durabilidade**



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 1453/2022-1

**de cadeiras de escritório, sendo de extrema importância que as cadeiras de maior uso atendam tal NBR. e ABNT NBR 9178:2015 - Esta Norma especifica o método para determinação das características de queima (velocidade de combustão) em espumas flexíveis de poliuretano.** Além destas, quanto às cadeiras para pessoas obesas, deverá ser apresentado certificado de conformidade do produto junto à Associação Brasileira de normas Técnicas - ABNT ou outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Conmetro), conforme inciso VIII, art. 39 da Lei nº 8.078/1990 - Código de Defesa do Consumidor, que comprove que atende aos requisitos técnicos estabelecidos na Norma NBR 9050:2015, no que couber.

## **2. HISTÓRICO DE CONSUMO**

### **2.1. Histórico de Consumo:**

- a) Item 1 - 2018 - 597 unidades; 2019 - 225 unidades; 2020 - 125 unidades; 2021 - 0 unidades.
- b) Item 2: Nunca foi comprado.

### **2.2. Estimativa de consumo:**

- a) Item 1 - 600 unidades (sendo 200 adquiridas de imediato, eventualmente, 200 e, nos pedidos posteriores, o mínimo de 100).
- b) Item 2 - 153 unidades (sendo 30 adquiridas de imediato e nos pedidos posteriores o mínimo de 30).

### **2.3. Quantidade para Consumo Imediato:**

- a) Item 1 - mínimo de 200 unidades
- b) Item 2 - 30 unidades

### **2.4. Estimativa de periodicidade de aquisição:**

- a) Item 1 - depende da demanda, especialmente de quantos servidores terão interesse em receber as poltronas e das unidades trabalhistas na substituição das poltronas.
- b) Item 2 - depende da demanda, especialmente do interesse das unidades trabalhistas em receber as cadeiras.

### **2.5. Quantidade mínima a ser solicitada em cada pedido:**

- a) Item 1 - 100 unidades;
- b) Item 2 - 30 unidades.

## **3. SUSTENTABILIDADE**

Devem ser observados os seguintes critérios do Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho - 3ª edição do CSJT:

<b>Objeto / Item</b>	<b>Critério</b>	<b>Descrição</b>
----------------------	-----------------	------------------





<p>Item 1 - Poltrona giratória com espaldar médio sem apoio de braço.</p> <p>Item 2 - Cadeira fixa para obesos com apoio de braço</p>	<p>1.2.1. Mobiliário</p>	<p>Na compra de mobiliário, exigir que as embalagens sejam constituídas de material reciclável e/ou degradável.</p> <p>Todo mobiliário deve estar em conformidade com as normas técnicas da ABNT, comprovada pela apresentação de relatório de ensaio emitido por laboratório detentor de Certificado de Acreditação concedido pelo Inmetro, com escopo de acreditação específico para ensaios mecânicos com base nas normas requeridas. O Relatório de Ensaio deve vir acompanhado de documentação gráfica (desenho ou fotos) e memorial descritivo com informação necessária e suficiente para perfeita identificação do modelo ou da linha contendo o modelo do produto.</p> <p>O mobiliário fabricado com madeira ou seus derivados deve observar os critérios da rastreabilidade e da origem dos insumos de madeira a partir de fontes de manejo sustentável em conformidade com o Decreto no 7.746/201252. A comprovação da conformidade deve ser feita por meio do Certificado de Cadeia de Custódia, em conformidade com a norma ABNT NBR 14790: 2014: Certificação Cerflor, Certificação FSC-STD-40-004 V3-0 (Forest Stewardship Council) ou similares, desde que reconhecidas nacionalmente.</p> <p>Devem ser observadas as especificações técnicas constantes do Anexo I da Resolução CSJT no 54/2008, que institui o padrão de mobiliário ergonômico nos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus.</p> <p>O mobiliário deverá atender aos requisitos constantes na Norma Regulamentadora NR-17 do Ministério do Trabalho e Emprego, cuja comprovação será efetivada mediante apresentação de laudo de ergonomia contendo foto/imagem e código do produto, emitido por profissional especializado e habilitado em ergonomia ou por engenheiro de segurança do trabalho habilitado.</p> <p>A NR-17 visa viabilizar a utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, atentando para as 'barreiras', consideradas como qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros.</p> <p>Cadeiras e poltronas deverão estar em conformidade com a norma ABNT 13962:2018, a qual especifica as características físicas e dimensionais e classifica as cadeiras para escritório, bem como estabelece os métodos para a determinação dimensional, da</p>
---	--------------------------	---



		<p>estabilidade, resistência e durabilidade de cadeiras de escritório, de qualquer material.</p> <p>Nas aquisições de mobiliário que possuam pintura em componentes metálicos, observar os critérios das normas da ABNT sobre componentes metálicos.</p> <p>Nas aquisições de mobiliário que possuam espuma flexível de poliuretano, observar os critérios das normas da ABNT sobre espuma flexível de poliuretano, e a isenção de CFC na sua composição.</p> <p>Exigir laudo válido de ensaio de inflamabilidade da espuma, emitido por laboratório acreditado pelo Inmetro, conforme ABNT NBR 9178:2015 - Esta Norma especifica o método para determinação das características de queima (velocidade de combustão) em espumas flexíveis de poliuretano.</p> <p>No caso de assentos como sofás, poltronas e outros, deverá ser priorizada a utilização de couro livre de metais pesados ou em tecido de origem vegetal, com aplicação de látex, similar ao couro, dando-se preferência à segunda opção, sempre que possível.</p> <p>Exigir laudo técnico emitido por laboratório acreditado pelo Inmetro para averiguação da presença de metais pesados na composição do produto (análise química) e averiguação da resistência do material (análise física).</p> <p>Importante ressaltar que o termo couro somente poderá ser empregado para produtos oriundos de extração animal. No caso de tecidos similares, recomenda-se utilizar o termo "tecido de origem vegetal, similar ao couro" ou "laminado vegetal", visando cumprir as exigências da Lei no 4.888/1965.</p> <p>As cadeiras para pessoas com obesidade deverão atender aos requisitos constantes na Norma Regulamentadora NBR 9050:2015 da ABNT, cuja comprovação será efetivada mediante apresentação de laudo de ergonomia contendo foto/imagem e código do produto, emitido por profissional especializado e habilitado em ergonomia ou por engenheiro de segurança do trabalho habilitado.</p> <p>A NBR 9050:2015 prevê a utilização de maneira autônoma, independente e segura do ambiente, edificações, mobiliário, equipamentos urbanos e elementos à maior quantidade possível de pessoas, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, atentando para as 'barreiras', consideradas como qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros independentemente de idade, estatura ou limitação de mobilidade ou percepção de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações.</p>
--	--	---

#### 4. ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 1453/2022-1

A empresa deverá fornecer produto que possua Certificado de Conformidade de Produto junto à Associação Brasileira de normas Técnicas - ABNT ou outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Conmetro), conforme inciso VIII, art. 39 da Lei 8.078/1990 - Código de Defesa do Consumidor, que comprove que atende aos requisitos das Normas **ABNT NBR 13962:2018 - Esta Norma especifica as características físicas e dimensionais e classifica as cadeiras para escritório, bem como estabelece os métodos para a determinação da estabilidade, da resistência e da durabilidade de cadeiras de escritório, sendo de extrema importância que as cadeiras de maior uso atendam tal NBR. e 9178:2015 - Esta Norma especifica o método para determinação das características de queima (velocidade de combustão) em espumas flexíveis de poliuretano. Obs.:** Com relação ao fornecimento de cadeira fixa para pessoas obesas, a empresa deverá oferecer produto que possua certificado de conformidade com a norma NBR-9050:2015 que estabelece os padrões técnicos necessários para uma cadeira ter uso por pessoas portadoras de obesidade, suportando carga de 250 Kg.

## 5. VISTORIA

Não se aplica.

## 6. PRAZOS

6.1. **Prazo de entrega:** Até 30 (trinta) dias corridos, a contar do recebimento ou da retirada da Nota de Empenho.

### 6.2. Garantia:

O prazo de garantia deve ser de 5 (cinco) anos.

a) A empresa contratada deverá oferecer garantia on site, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos contra qualquer defeito de fabricação e para os revestimentos e as cores, a contar do recebimento definitivo pelo TRT;

b) A garantia deverá ser prestada diretamente no Almoxarifado do TRT-15, Campinas/SP, (sem ônus), no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contados a partir do comunicado feito pela Coordenadoria de Material e Logística, o qual poderá se dar por correspondência eletrônica. No caso de reincidência, de problema anteriormente resolvido, o chamado deverá ser atendido no prazo máximo de 10 (dez) dias.

6.3. **Prazo de vigência da contratação:** A vigência desta contratação é de 12 meses a partir da emissão de cada Nota de Empenho, sem prejuízo da garantia para o objeto.

## 7. LOCAL E HORÁRIO DA ENTREGA DOS BENS

7.1. **Endereço:** Almoxarifado do TRT, localizado na Rua Ângela Signori Grigol, 5, Jardim América, Distrito de Barão Geraldo, Campinas/SP, mediante agendamento prévio pelo telefone (19) 3289-2778.



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 1453/2022-1

7.2. **Horário:** De 2ª a 6ª feiras, das 11 às 17 horas.

7.3. **Agendamento Prévio:** Seção de Almoxarifado, de segunda a sexta-feira, das 10 às 17 horas. Contatar os Srs. Odair/Juarez/Gervásio, da Seção de Almoxarifado, pelo telefone (19) 3289-2778, e-mails: almoxarifado.cml@trt15.jus.br e cml.secadm@trt15.jus.br.

## 8. ORÇAMENTO

ITEM 1			
Descrição	Quant.	Marca/ Modelo de Referência	VI. Unit. (R\$)
<b>POLTRONA GIRATÓRIA COM ESPALDAR MÉDIO E SEM APOIO DE BRAÇO. ASSENTO:</b> moldado anatomicamente dentro das normas de ergonomia; estruturado em concha; fabricado em compensado multilaminado resinado com espessura mínima de 10,5 mm ou em polipropileno injetado de alta resistência mecânica com espessura mínima de 12 mm; com mecanismo de regulagem de altura, por meio de alavanca, com curso mínimo de 50 mm; e fixado a base por estrutura em aço reforçada. <b>ENCOSTO:</b> espaldar médio; moldado anatomicamente dentro das normas de ergonomia; estruturado em concha; fabricado em compensado multilaminado resinado com espessura mínima de 10,5 mm ou em polipropileno injetado de alta resistência mecânica com espessura mínima de 12 mm; com mecanismo de regulagem de altura com curso mínimo de 10 (dez) posições; e fixado ao assento por estrutura em aço reforçada. <b>ESTOFAMENTO:</b> espuma moldada anatomicamente dentro das normas de ergonomia; e fabricada em poliuretano injetado flexível de alta resistência, com densidade controlada de 45 a 55 kg/m3, com espessura média de 40 mm. <b>REVESTIMENTO:</b> tecido ou vinil; e com fechamento sem costura ou com costura dupla. <b>MECANISMO:</b> fabricado em chapa de aço estampado; com sistema anti-impacto; e regulagem de inclinação do encosto com bloqueio em qualquer posição, por meio de alavanca, com mecanismo independente ao	600 unid.	Flexform Roma, similar ou de melhor qualidade	<b>1.025,55</b>



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 1453/2022-1

de regulagem de inclinação do assento. BASE: giratória (360º); fabricada em nylon ou aço estampado; e apoiada em 5 (cinco) hastes fabricadas em nylon ou aço estampado. COLUNA CENTRAL: fabricada em tubo de aço com sistema de regulagem de altura por acionamento pneumático ou a gás; com rotação sobre rolamento de esferas; e sistema de acoplamento ao mecanismo e a base através de cone Morse. RODÍZIOS: duplos com diâmetro mínimo de 50 mm; fabricados em resina de engenharia injetada. ACABAMENTO: capas de proteção do contra assento e contra encosto fabricadas em polipropileno texturizado ou fibra de vidro, com espessura mínima de 3 mm. Capa telescópica da coluna central, se necessária, fabricada em polipropileno. Componentes de plástico na cor preta. Partes metálicas, utilizadas no processo de fabricação, com pintura eletrostática em epóxi pó na cor preta e tratamento anticorrosão (fosfatizado). DIMENSÕES APROXIMADAS: ENCOSTO com altura entre 490 e 518 mm e largura entre 435 e 474 mm. ASSENTO com profundidade entre 470 e 498 mm e largura entre 460 e 510 mm. OBSERVAÇÕES GERAIS: todas as poltronas deverão conter o selo do fabricante e ser fornecidas com manual do usuário, que conste a classificação, as instruções para uso e regulagem e as recomendações de segurança cabíveis. Quando necessárias deverão ser utilizadas soldas MIG com acabamento sem falhas ou bolhas. A empresa deverá fornecer poltrona em conformidade com a norma ABNT 13962:2018, a qual especifica as características físicas e dimensionais e classifica as cadeiras para escritório, bem como estabelece os métodos para a determinação dimensional, da estabilidade, resistência e durabilidade de cadeiras de escritório, de qualquer material. ou norma mais atualizada. A espuma deverá ser de poliuretano de primeira qualidade sem a presença de carga ou impurezas, isenta de CFC e deverá atender a NBR 9178:2015 ou norma mais atualizada.			
<b>VALOR TOTAL MÁXIMO ESTIMADO – ITEM 1 (R\$)</b>			<b>615.330,00</b>



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 1453/2022-1

ITEM 2			
Descrição	Quant.	Marca/ Modelo de Referência	Vi. Unit. (R\$)
<b>CADEIRA FIXA PARA OBESOS COM APOIO DE BRAÇOS.</b> Cadeira fixa para espera, com braços, em formato anatômico, mecanicamente e ergonomicamente adequada para as condições morfológicas e antropométricas dos usuários e não apenas ter a capacidade de carga maior. CRITERIOS NORMATIVOS: os assentos destinados ao público portador de obesidade devem atender às especificações contidas na NBR9050:2015: a) profundidade do assento mínima de 0,47 m e máxima de 0,51 m, medida entre sua parte frontal e o ponto mais frontal do encosto tomado no eixo de simetria; b) largura do assento mínima de 0,75 m, medida entre as bordas laterais no terço mais próximo do encosto. É admissível que o assento para pessoa obesa tenha a largura resultante de dois assentos comuns, desde que seja superior a esta medida de 0,75 m; c) altura do assento mínima de 0,41 m e máxima de 0,45 m, medida na sua parte mais alta e frontal; d) ângulo de inclinação do assento em relação ao plano horizontal, de 2º a 5º; e) ângulo entre assento e encosto de 100º a 105º. Os assentos devem suportar uma carga mínima de 250 kg. f) apoios de braço devem ter altura entre 0,23 m e 0,27 m em relação ao assento. ASSENTO: Internamente confeccionado em madeira compensada, prensada e multilaminada, 18mm de espessura mínima. Estofamento com espuma de poliuretano injetado de alta resistência, com espessura mínima de 60mm e densidade mínima de 55kg/m³, flexível e indeformável, auto-extinguível, isento de CFC, alta tensão de alongamento e ruptura, baixa fadiga dinâmica e baixa deformação permanente. Face posterior do assento revestido por capa de polipropileno injetado e texturizado, com espessura mínima de 2mm, com bordas arredondadas. Assento com borda frontal curvada, conforme NBR9050:2015. ENCOSTO: Internamente confeccionado em	153 unid.	Não há.	<b>1.203,54</b>



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 1453/2022-1

madeira compensada, prensada e multilaminada, 18mm de espessura mínima. Estofamento com espuma de poliuretano injetado de alta resistência, com espessura mínima de 50mm e densidade mínima de 55kg/m <sup>3</sup> , flexível e indeformável, auto extingüível, isento de CFC, alta tensão de alongamento e ruptura, baixa fadiga dinâmica e baixa deformação permanente. Encosto com formato anatômico para apoio lombar, conforme NBR9050. Face posterior do encosto revestido por capa de polipropileno injetado e texturizado, com espessura mínima de 2mm, com bordas arredondadas. ESTRUTURA: Em longarina longitudinal confeccionada em tubo metálico retangular e placas de aço estampado, soldadas à longarina com suporte de reforço. Coluna vertical fabricada em tubo metálico, soldado ao pé da estrutura. Pé horizontal fabricado em chapa de aço estampada, com sapatas niveladoras em polipropileno. Suporte para encosto confeccionado em chapa de aço estampado. REVESTIMENTO: Em couro sintético ou revestimento similar, cor preta. A resistência do revestimento deverá ser adequada ao uso de pessoas com até 250kg, sendo responsabilidade exclusiva do fornecedor apresentar material com as características de resistência adequadas. ACABAMENTO: Toda estrutura metálica recebe tratamento com fostatização, anti-ferrugem e pintura eletrostática com tinta epóxi-pó cor preta com propriedades de resistência a agentes químicos. As fixações na estrutura de madeira do assento e encosto são feitas através de parafusos e porcas com garras cravadas na madeira. As soldas são de superfície lisas, uniformes e homogêneas, sem superfícies ásperas e cortantes. SUPORTE DE CARGA: As estruturas, assim como todos seus componentes e peças, devem ser adequadas ao uso de pessoas com até 250kg, sendo responsabilidade exclusiva do fornecedor apresentar materiais com as características de resistência adequadas.			
<b>VALOR TOTAL MÁXIMO ESTIMADO – ITEM 2 (R\$)</b>			<b>184.141,62</b>



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 1453/2022-1

**VALOR TOTAL MÁXIMO ESTIMADO – TODOS OS ITENS (R\$)**

**799.471,62**

## **9. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES**

### **A) OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**

1. O FORNECEDOR se compromete a dar plena e fiel execução à ata de registro de preços e se obriga a:

1.1. Nomear um preposto, aceito pelo TRT, para representá-lo durante o período de vigência da Ata;

1.2. Comunicar, durante a vigência da ata de registro de preços, quaisquer alterações havidas em seu contrato social, bem como manter, devidamente válidas e atualizadas, as certidões de regularidade fiscal e trabalhista;

1.3. Arcar com todas as despesas para o fornecimento contratados;

1.4. Não ceder ou transferir para terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, o objeto desta licitação, ressalvadas as hipóteses de transformação empresarial previstas no art. 78, inciso VI, da Lei nº 8.666/1993, salvo se previamente autorizado por escrito pelo TRT e a seu exclusivo critério;

1.5. Observar as recomendações pertinentes, constantes do "Guia Prático para Inclusão de Critérios de Sustentabilidade nas Contratações da Justiça do Trabalho", instituído pelo CSJT-Conselho Superior da Justiça do Trabalho (Resolução CSJT nº 310, de 24 de setembro de 2021), em especial as seguintes:

1) Comprovar, antes da efetivação desta contratação, e manter essas condições, que poderão ser verificadas constantemente durante toda a vigência da ata de registro de preços, sob pena de cancelamento do ajuste:

a) não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 04/2016; e

b) não ter sido condenada, a contratada ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta ao previsto:

- Nos artigos 1º, 3º (inciso IV), 7º (inciso XXXIII) e 170 da Constituição Federal de 1988;
- Nos artigos 149, 203 e 207 do Código Penal Brasileiro;
- No Decreto nº 5.017/2004 (promulga o Protocolo de Palermo);
- Nas Convenções da OIT nº 29 e nº 105;
- No Capítulo IV do Título III (Da Proteção do Trabalho do Menor) do Decreto-Lei nº 5.452/1943 (CLT);
- Nos arts. 60 a 69 da Lei nº 8.069/1990 (ECA), que trata do Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho;
- No Decreto nº 6.481/2008, o qual trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação.

2. O FORNECEDOR também se compromete ao:





Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 1453/2022-1

2.1. Obrigatório agendamento prévio: Seção de Almoxarifado, de segunda a sexta-feira, das 10h00 às 17h00, com os Srs. Odair/Juarez/Gervásio, pelo telefone (19) 3289-2778 / 3288-0040., e-mails: almoxarifado.cml@trt15.jus.br e cml.secadm@trt15.jus.br.

**3. PAGAMENTO DOS FORNECIMENTOS E SERVIÇOS - CADASTRO OBRIGATÓRIO.** O Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), por meio da resolução nº 245/2019, instituiu o Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho (SIGEO). A finalidade do SIGEO é o processamento de informações relacionadas ao planejamento, à execução e ao acompanhamento orçamentário e financeiro da Justiça do Trabalho. Assim, o envio das notas fiscais e certidões deverá ocorrer pelo sistema SIGEO e, com isso, os prestadores de serviço e fornecedores do TRT-15 **deverão realizar o cadastro obrigatório** no sistema, inserindo os documentos solicitados no sistema.

**3.1. ATENÇÃO: Reforçamos a informação de que o pagamento somente ocorrerá após o devido preenchimento do cadastro no sistema SIGEO e a inserção dos documentos solicitados, por parte da empresa contratada.** O link do SIGEO é <https://portal.sigeo.jt.jus.br/portal-externo/0>

## **B) RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR**

1. O FORNECEDOR será responsabilizado civilmente por quaisquer danos causados nas instalações, mobiliários, equipamentos e demais utensílios do TRT e pelo extravio de quaisquer documentos ou objetos, quando comprovados dolo ou culpa de seus empregados, devendo proceder imediatamente aos reparos necessários ou ao pagamento da indenização correspondente, sob pena de dedução do seu importe por ocasião do pagamento dos materiais adquiridos.

2. O FORNECEDOR responderá também, administrativamente, por qualquer descumprimento a obrigações de natureza trabalhista, tributária ou fiscal e ético-profissional impostas pelos órgãos públicos, decorrentes da execução da contratação.

3. O FORNECEDOR responsabilizar-se-á pela qualidade do material entregue, especialmente para efeito de substituição imediata, no caso de não atendimento ao solicitado.

4. Tendo em vista os decretos estaduais vigentes, bem como a resolução CNJ nº 322/2020, motivadas pela pandemia ocasionada pela COVID-19, informamos que o FORNECEDOR deverá se atentar ao fato de que o acesso a todas as dependências deste Tribunal deve, obrigatoriamente, ser efetuado mediante apresentação do certificado de vacinação, tendo em vista o determinado pelo artigo 2º da Portaria GP-CR nº 010/2022 deste Tribunal.

## **C) OBRIGAÇÕES DO TRT**

1. Para a perfeita execução da presente contratação, o TRT se compromete a dar plena e fiel execução à presente Ata, respeitando todas as condições estabelecidas, obrigando-se ainda a:



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 1453/2022-1

1. efetuar, no prazo estabelecido neste Termo de Referência, o pagamento dos materiais efetivamente fornecidos e definitivamente recebidos;
2. permitir o acesso dos empregados do FORNECEDOR, devidamente identificados, nas suas dependências, para entrega dos produtos, nos horários estabelecidos.

## **10. PRAZOS E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO**

1. Sempre que julgar necessário, o TRT solicitará, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, o fornecimento do material registrado, na quantidade que for preciso, mediante Nota de Empenho ou Autorização de Compra.

1.1. A Nota de Empenho ou Autorização de Compra será enviada via correspondência eletrônica ao FORNECEDOR, o qual deverá confirmar o recebimento no prazo de 1 (um) dia. Caso o FORNECEDOR não possua endereço eletrônico, a Nota de Empenho ou Autorização de Compra deverá ser retirada junto à Coordenadoria/Seção emitente, no prazo de 1 (um) dia, contado a partir da convocação.

1.1.1. Caso o FORNECEDOR não confirme o recebimento da Nota de Empenho ou Autorização de Compra em 01 (um) dia, ou o faça após o prazo, será considerada a data de transmissão de um desses documentos para efeito de contagem de prazo de entrega do material.

1.2. O prazo para confirmação do recebimento ou para retirada da Nota de Empenho ou Autorização de Compra poderá ser prorrogado por uma vez, por igual período, quando solicitado pelo FORNECEDOR durante seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado, aceito pelo TRT.

1.3. A não confirmação do recebimento ou a não retirada da Nota de Empenho ou Autorização de Compra no prazo previsto, bem como a constatação de irregularidade fiscal, trabalhista e/ou previdenciária do FORNECEDOR, por ocasião do empenho da despesa, implicará aplicação de multa de 1 % (um por cento) sobre o valor da Nota de Empenho ou Autorização de Compra ou ainda sobre o valor a ser empenhado, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

## **11. RECEBIMENTO E PAGAMENTO DO OBJETO**

1. O recebimento provisório ocorrerá no ato da entrega dos produtos, atendidas as especificações constantes neste edital e apresentadas as respectivas notas fiscais, ou notas fiscais/faturas, quando será emitido o termo de recebimento provisório, conforme dispõe o artigo 73, inciso II, alínea "a" da Lei n.º 8.666/93.

2. O recebimento definitivo ocorrerá em até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório, quando será emitido o termo de recebimento definitivo, em consonância com o artigo 73, inciso II, alínea "b", da Lei nº 8.666/93, apresentada a respectiva nota fiscal, ou nota fiscal/fatura, cuja conferência e atestação serão feitas pelo(a) Coordenador de Material e Logística do TRT.



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 1453/2022-1

2.1. No texto da nota fiscal ou nota fiscal/fatura deverão constar, obrigatoriamente, o objeto da licitação, a quantidade, a marca/modelo, se houver, os valores unitário e total, bem como o número deste processo que deu origem à aquisição.

3. Na ocorrência de qualquer circunstância que desaprove o recebimento definitivo, este ficará suspenso, os bens terão sua entrada no sistema pendente de realização e o pagamento suspenso até o saneamento das irregularidades. Sendo verificada a culpa do FORNECEDOR, não incidirá sobre o TRT qualquer ônus, inclusive financeiro.

4. O pagamento será efetuado pela Coordenadoria de Execução Orçamentária e Financeira do TRT num prazo máximo de 10 (dez) dias após o recebimento definitivo do objeto, conforme dispõe o artigo 73 da Lei n.º 8.666/93, sendo o crédito providenciado por meio de ordem bancária, na conta corrente indicada pelo FORNECEDOR no processo licitatório.

4.1. Excepcionalmente, o pagamento poderá ser realizado por meio de fatura / boleto bancário que contenha código de barras. Neste caso, o referido documento deverá ser emitido pelo seu valor líquido, devendo constar em seu corpo o valor bruto da contratação, além dos valores dos tributos que serão retidos na operação (IR, CSLL, PIS / PASEP, COFINS, ISSQN, INSS).

4.2. No caso de divergência entre os valores lançados no documento pela empresa e aqueles que deverão ser retidos/recolhidos por este E. TRT, o pagamento se dará, obrigatoriamente, por depósito em conta corrente.

4.3. O pagamento mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária, será realizado desde que o FORNECEDOR efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias.

4.4. Na data de emissão da ordem bancária, o FORNECEDOR deverá possuir, devidamente válidos e atualizados, os documentos de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, ressalvadas as situações em que, comprovadamente, a indisponibilidade dos documentos seja decorrente de caso fortuito ou força maior.

4.4.1. Cessadas as situações de caso fortuito ou força maior, serão analisados os documentos da empresa vencedora e, caso seja verificada irregularidade, o ajuste poderá ser rescindido por culpa da empresa vencedora, a critério do TRT, nos termos do item "SANÇÕES", com a aplicação das penalidades cabíveis.

4.4.2. No dia útil posterior ao da sua emissão, a ordem bancária de pagamento será remetida ao Banco do Brasil S/A - Posto de Atendimento do TRT. O período seguinte, até o efetivo crédito do valor na conta corrente do FORNECEDOR, refere-se aos trâmites interbancários.

5. No caso de atraso de pagamento, desde que o FORNECEDOR não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos, pelo TRT, encargos moratórios à taxa nominal de 6% A.A. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 1453/2022-1

5.1. O valor dos encargos será calculado pela fórmula:  $EM = I \times N \times VP$ ; onde:

EM = encargos moratórios devidos;

N = números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

I = índice de compensação financeira = 0,00016438; e

VP = valor da prestação em atraso.

6. As notas fiscais, ou notas fiscais/faturas, deverão ser emitidas a partir do primeiro dia útil do mês subsequente ao do fornecimento dos materiais e transmitidas ao Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho (SIGEO) até o dia 15 (quinze) do mês da emissão das notas fiscais, ou notas fiscais/faturas.

7. Se o último dia do prazo previsto no subitem anterior não for dia útil, a transmissão das notas fiscais, ou notas fiscais/faturas ao Sistema deverá ser antecipada para o dia útil imediatamente anterior.

8. As notas fiscais, ou notas fiscais/faturas, serão protocolizadas pelo gestor no ato do seu recebimento no Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho (SIGEO).

9. A realização do pagamento ao FORNECEDOR somente ocorrerá após seu devido cadastramento no Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho (SIGEO), bem como a inserção dos documentos solicitados no Sistema.

## **12. SANÇÕES**

1. Ficam estabelecidas a(s) seguinte(s) multa(s) sobre o valor dos materiais entregues em atraso, contadas a partir do primeiro dia útil posterior ao último dia do prazo definido neste Termo de Referência, as quais serão descontadas na fatura por ocasião do pagamento:

- do primeiro até o sétimo dia de atraso, multa única de 1% (um por cento);
- a partir do oitavo dia de atraso, multa diária de 0,2% (dois décimos por cento), limitado a 10% (dez por cento) do total do empenho ou do valor dos materiais entregues em atraso.

1.1. Os dias em atraso serão contados a partir da data em que a obrigação deveria ter sido satisfeita.

1.2. Na reincidência, as multas serão cobradas em dobro.

1.3. Será considerada reincidente a inexecução ocorrida antes de completados 12 (doze) meses da mesma inexecução anterior, contados a partir da data de comunicação do fato ao TRT.



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 1453/2022-1

1.4. Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente, indevidamente fundamentados ou não comprovados, ficando a aceitação das justificativas a critério do TRT

1.5. Atraso no reparo ou substituição de bens que apresentem defeitos durante o prazo de garantia: multa moratória diária equivalente a 2% (dois por cento) do material em atraso, limitada a 5 (cinco) dias.

2. As multas eventualmente aplicadas, seja por inexecução, seja por cancelamento do ajuste por culpa do FORNECEDOR, serão pagas por meio de cheque nominal ao TRT.

2.1. Na ausência do pagamento das multas, o TRT poderá descontar o respectivo valor dos eventuais créditos do FORNECEDOR. Inexistindo crédito em favor do FORNECEDOR, os valores deverão ser por ele recolhidos no prazo de até 30 (trinta) dias após o recebimento da notificação por "Aviso de Recebimento – AR", sob pena de inscrição do débito na Dívida Ativa da União, observados os procedimentos legais.

3. A aplicação das multas estabelecidas neste item, nos termos do artigo 86 da Lei nº 8.666/93, não impede que o TRT cancele unilateralmente o ajuste e/ou aplique as demais sanções previstas no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, no que couber, as sanções assinaladas nos artigos 87 e 88 da Lei nº 8.666/1993.

4. Na aplicação de quaisquer sanções previstas na legislação, serão garantidos ao FORNECEDOR o contraditório e a prévia defesa.

5. Se o FORNECEDOR não efetuar o fornecimento dos materiais em até 15 (quinze) dias (corridos) após o prazo previsto, poderá ensejar, por sua culpa, o cancelamento / rescisão do ajustado.

6. O cancelamento / rescisão do ajustado por culpa do FORNECEDOR por inexecução do ajustado ou pela não entrega dos materiais, implicará pagamento de multa de 5% (cinco por cento), calculada sobre o valor total adjudicado ou do produto não entregue.

7. As infrações administrativas praticadas pelos licitantes obedecerão o disposto no item – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS - do Edital.

### **13. RESCISÃO**

1. Constituem motivos para a rescisão da contratação as situações previstas nos artigos 77 e 78, nas formas contidas no artigo 79, com as consequências do artigo 80, e sem prejuízo das sanções administrativas dos artigos 86 a 88, todos da Lei nº 8.666/1993.

2. O atraso injustificado por período superior a 15 (quinze) dias corridos caracterizará a inexecução total das respectivas obrigações, podendo ensejar, a critério do TRT, a rescisão unilateral da contratação, na forma do artigo 79, inciso I, da Lei nº 8.666/1993, por culpa do FORNECEDOR.



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 1453/2022-1

3. A rescisão desta contratação por culpa do FORNECEDOR implicará multa de 05% (cinco por cento) calculada sobre o valor total adjudicado ou do produto não entregue.

4. Esta contratação poderá ser rescindida unilateralmente e a qualquer tempo pelo TRT, no interesse do serviço público, nos termos e com as consequências previstas na Lei nº 8.666/1993.

#### **14. FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO**

1. O fornecimento será acompanhado e fiscalizado pelo(a) Coordenador de Material e Logística deste TRT, designado(a) gestor(a) da ata de registro de preços.

2. A fiscalização de que trata este item:

- a) será exercida no interesse da Administração;
- b) não exclui nem reduz a responsabilidade do FORNECEDOR pelos danos causados ao TRT, ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão, culposa ou dolosa, de quaisquer de seus empregados ou prepostos.

3. Quaisquer exigências de fiscalização, inerentes ao objeto da Ata de Registro de Preços, deverão ser prontamente atendidas pelo FORNECEDOR, sem qualquer ônus para este E. Tribunal.

#### **15. TRANSFORMAÇÃO EMPRESARIAL, TRANSFERÊNCIA E CESSÃO DA ATA**

1. Ocorrendo as hipóteses de transformação empresarial previstas no artigo 78, inciso VI, da Lei nº 8.666/1993, a presente Ata poderá ser mantida com o FORNECEDOR, ou cedida ou transferida, mediante prévia autorização por escrito do TRT e a seu exclusivo critério, e desde que:

- a) O FORNECEDOR remanescente, ou o beneficiário da cessão ou da transferência, demonstre possuir as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital;
- b) Não se verifique fraude à licitação.

#### **16. LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS**

1. Para os fins dispostos na LGPD - Lei nº 13.709/2018, a FORNECEDORA é considerada "Operadora" e DECLARA, no ato de início desta contratação, ter conhecimento e que adere à Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais do TRT, instituída pelo Ato Regulamentar GP nº006/2021, assumindo o compromisso de cumprir os deveres legais e contratuais respectivos, dentre os quais os seguintes:

- I- apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica medidas técnicas e administrativas adequadas de segurança para a proteção dos dados pessoais, nos termos definidos na legislação, em normas administrativas do TRT e nos instrumentos contratuais;
- II- manter os registros de tratamento de dados pessoais que realizar, com condições de rastreabilidade e de fornecer prova eletrônica a qualquer tempo;
- III- seguir fielmente as diretrizes e as instruções transmitidas pelo TRT;
- IV - facultar acesso a dados pessoais somente para o pessoal autorizado que tenha estrita necessidade e que tenha assumido compromisso formal de preservar a confidencialidade



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 1453/2022-1

e a segurança de tais dados, devendo a prova do compromisso estar disponível em caráter permanente para exibição ao TRT, mediante solicitação;

V - permitir a realização de auditorias, incluindo inspeções pelo TRT por auditor autorizado, e disponibilizar toda a informação necessária para demonstrar o cumprimento das obrigações estabelecidas;

VI - auxiliar, em toda providência que estiver ao seu alcance, no atendimento pelo TRT, de obrigações perante titulares de dados pessoais, autoridades competentes ou quaisquer outros legítimos interessados;

VII - comunicar formalmente e de imediato ao "Encarregado" pelo tratamento de dados pessoais, indicado pelo TRT, a ocorrência de qualquer risco, ameaça ou incidente de segurança que possa acarretar comprometimento ou dano potencial ou efetivo a titular de dados pessoais, evitando atrasos por conta de verificações ou inspeções;

VIII - descartar de forma irrecuperável, ou devolver para o TRT, todos os dados pessoais e as cópias existentes, após a satisfação da finalidade respectiva ou o encerramento do tratamento por decurso de prazo ou por extinção de vínculo legal ou contratual.

1.1. A proteção de dados pessoais dos colaboradores da FORNECEDORA observará as determinações fixadas pelo Conselho Nacional de Justiça, pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho e pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados, na forma da LGPD e da legislação e regulamentação correlatas.

1.2. O TRT poderá requisitar, a qualquer tempo e desde que não seja objeto de sigilo ou proteção legal, informações a respeito do tratamento dos dados pessoais confiados à FORNECEDORA.

1.3. A FORNECEDORA fica ciente que, para a celebração desta contratação e a execução do seu objeto, o TRT tem acesso a dados pessoais dos representantes legais da FORNECEDORA e, assim, estes DECLARAM o seu consentimento com o tratamento desses dados pelo TRT, os quais são:

- a) protegidos por procedimentos internos, com trilhas de auditoria para registrar autorizações, utilização, impactos e violações;
- b) mantidos disponíveis, exatos, adequados, pertinentes e atualizados, sendo retificado ou eliminado o dado pessoal mediante informação ou constatação de impropriedade respectiva ou face a solicitação de remoção, devendo a neutralização ou descarte do dado observar as condições e os períodos da tabela de prazos de retenção de dados;
- c) compartilhados somente para o exercício das atividades voltadas ao estrito exercício de suas competências legais e constitucionais, ou para atendimento de políticas públicas aplicáveis; e
- d) revistos em periodicidade mínima anual, sendo de imediato eliminados aqueles que já não forem necessários, por terem cumprido sua finalidade ou por ter se encerrado o seu prazo de retenção.

1.4. A inobservância da Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais do TRT, referida no Caput, acarretará a apuração das responsabilidades penal, civil e administrativa, previstas nas normas internas do TRT e na legislação em vigor.

2. Haverá a descaracterização do número do CPF quando da divulgação de ajustes em instrumentos contratuais e congêneres firmados por este Tribunal, a fim de se observar as disposições referentes à Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais desta Corte.



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 1453/2022-1

2.1. A descaracterização consistirá da ocultação dos três primeiros dígitos e dos dois dígitos verificadores, quer em relação aos CPF's dos representantes do TRT e das empresas e entidades com as quais este Regional celebra contrato ou instrumento congênere, quer dos empregados de empresas de serviços terceirizados, contratadas por este E. TRT.





Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 1453/2022-1

## ANEXO II AO EDITAL – PROPOSTA ATUALIZADA

Informamos, a seguir, o **Valor Total do Item** para a Contratação de fornecimento eventual de poltronas giratórias e cadeiras fixas para o TRT da 15ª Região, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital, no Termo de Referência - Anexo I, parte integrante deste edital, bem como nos esclarecimentos eventualmente consignados no Portal de Compras do Governo Federal, site <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

ITEM 1				
Descrição	Quant.	Marca/Modelo	Vi. Unit. (R\$)	Vi. Total (R\$)
<b>POLTRONA GIRATÓRIA COM ESPALDAR MÉDIO E SEM APOIO DE BRAÇO. ASSENTO:</b> moldado anatomicamente dentro das normas de ergonomia; estruturado em concha; fabricado em compensado multilaminado resinado com espessura mínima de 10,5 mm ou em polipropileno injetado de alta resistência mecânica com espessura mínima de 12 mm; com mecanismo de regulagem de altura, por meio de alavanca, com curso mínimo de 50 mm; e fixado a base por estrutura em aço reforçada. <b>ENCOSTO:</b> espaldar médio; moldado anatomicamente dentro das normas de ergonomia; estruturado em concha; fabricado em compensado multilaminado resinado com espessura mínima de 10,5 mm ou em polipropileno injetado de alta resistência mecânica com espessura mínima de 12 mm; com mecanismo de regulagem de altura com curso mínimo de 10 (dez) posições; e fixado ao assento por estrutura em aço reforçada. <b>ESTOFAMENTO:</b> espuma moldada anatomicamente dentro das normas de ergonomia; e fabricada em poliuretano injetado flexível de alta resistência, com densidade controlada de 45 a 55 kg/m3, com espessura média de 40 mm. <b>REVESTIMENTO:</b> tecido ou vinil; e com fechamento sem costura ou	600 unid.			



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 1453/2022-1

<p>com costura dupla. MECANISMO: fabricado em chapa de aço estampado; com sistema anti-impacto; e regulagem de inclinação do encosto com bloqueio em qualquer posição, por meio de alavanca, com mecanismo independente ao de regulagem de inclinação do assento. BASE: giratória (360º); fabricada em nylon ou aço estampado; e apoiada em 5 (cinco) hastes fabricadas em nylon ou aço estampado. COLUNA CENTRAL: fabricada em tubo de aço com sistema de regulagem de altura por acionamento pneumático ou a gás; com rotação sobre rolamento de esferas; e sistema de acoplamento ao mecanismo e a base através de cone Morse. RODÍZIOS: duplos com diâmetro mínimo de 50 mm; fabricados em resina de engenharia injetada. ACABAMENTO: capas de proteção do contra assento e contra encosto fabricadas em polipropileno texturizado ou fibra de vidro, com espessura mínima de 3 mm. Capa telescópica da coluna central, se necessária, fabricada em polipropileno. Componentes de plástico na cor preta. Partes metálicas, utilizadas no processo de fabricação, com pintura eletrostática em epóxi pó na cor preta e tratamento anticorrosão (fosfatizado). DIMENSÕES APROXIMADAS: ENCOSTO com altura entre 490 e 518 mm e largura entre 435 e 474 mm. ASSENTO com profundidade entre 470 e 498 mm e largura entre 460 e 510 mm. OBSERVAÇÕES GERAIS: todas as poltronas deverão conter o selo do fabricante e ser fornecidas com manual do usuário, que conste a classificação, as instruções para uso e regulagem e as recomendações de segurança cabíveis. Quando necessárias deverão ser utilizadas soldas MIG com acabamento sem falhas ou bolhas. A empresa deverá</p>				
--	--	--	--	--



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 1453/2022-1

fornecer poltrona em conformidade com a norma ABNT 13962:2018, a qual especifica as características físicas e dimensionais e classifica as cadeiras para escritório, bem como estabelece os métodos para a determinação dimensional, da estabilidade, resistência e durabilidade de cadeiras de escritório, de qualquer material. ou norma mais atualizada. A espuma deverá ser de poliuretano de primeira qualidade sem a presença de carga ou impurezas, isenta de CFC e deverá atender a NBR 9178:2015 ou norma mais atualizada.				
---	--	--	--	--

ITEM 2				
Descrição	Quant.	Marca/Modelo	Vi. Unit. (R\$)	Vi. Total (R\$)
<b>CADEIRA FIXA PARA OBESOS COM APOIO DE BRAÇOS.</b> Cadeira fixa para espera, com braços, em formato anatômico, mecanicamente e ergonomicamente adequada para as condições morfológicas e antropométricas dos usuários e não apenas ter a capacidade de carga maior. CRITÉRIOS NORMATIVOS: os assentos destinados ao público portador de obesidade devem atender às especificações contidas na NBR9050:2015: a) profundidade do assento mínima de 0,47 m e máxima de 0,51 m, medida entre sua parte frontal e o ponto mais frontal do encosto tomado no eixo de simetria; b) largura do assento mínima de 0,75 m, medida entre as bordas laterais no terço mais próximo do encosto. É admissível que o assento para pessoa obesa tenha a largura resultante de dois assentos comuns, desde que seja superior a esta medida de 0,75 m; c) altura do assento mínima de 0,41 m e máxima de 0,45 m, medida na sua parte mais alta e frontal; d) ângulo de inclinação do assento em relação ao plano horizontal, de 2ºa	153 unid.			



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 1453/2022-1

5º; e) ângulo entre assento e encosto de 100º a 105º. Os assentos devem suportar uma carga mínima de 250 kg. f) apoios de braço devem ter altura entre 0,23 m e 0,27 m em relação ao assento. ASSENTO: Internamente confeccionado em madeira compensada, prensada e multilaminada, 18mm de espessura mínima. Estofamento com espuma de poliuretano injetado de alta resistência, com espessura mínima de 60mm e densidade mínima de 55kg/m³, flexível e indeformável, auto-extinguível, isento de CFC, alta tensão de alongamento e ruptura, baixa fadiga dinâmica e baixa deformação permanente. Face posterior do assento revestido por capa de polipropileno injetado e texturizado, com espessura mínima de 2mm, com bordas arredondadas. Assento com borda frontal curvada, conforme NBR9050:2015. ENCOSTO: Internamente confeccionado em madeira compensada, prensada e multilaminada, 18mm de espessura mínima. Estofamento com espuma de poliuretano injetado de alta resistência, com espessura mínima de 50mm e densidade mínima de 55kg/m³, flexível e indeformável, auto-extinguível, isento de CFC, alta tensão de alongamento e ruptura, baixa fadiga dinâmica e baixa deformação permanente. Encosto com formato anatômico para apoio lombar, conforme NBR9050. Face posterior do encosto revestido por capa de polipropileno injetado e texturizado, com espessura mínima de 2mm, com bordas arredondadas. ESTRUTURA: Em longarina longitudinal confeccionada em tubo metálico retangular e placas de aço estampado, soldadas à longarina com suporte de reforço. Coluna vertical fabricada em tubo metálico, soldado ao pé da estrutura. Pé horizontal fabricado em chapa de aço estampada, com sapatas niveladoras				
--	--	--	--	--



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 1453/2022-1

em polipropileno. Suporte para encosto confeccionado em chapa de aço estampado. REVESTIMENTO: Em couro sintético ou revestimento similar, cor preta. A resistência do revestimento deverá ser adequada ao uso de pessoas com até 250kg, sendo responsabilidade exclusiva do fornecedor apresentar material com as características de resistência adequadas. ACABAMENTO: Toda estrutura metálica recebe tratamento com fosfatização, anti-ferrugem e pintura eletrostática com tinta epóxi-pó cor preta com propriedades de resistência a agentes químicos. As fixações na estrutura de madeira do assento e encosto são feitas através de parafusos e porcas com garras cravadas na madeira. As soldas são de superfície lisas, uniformes e homogêneas, sem superfícies ásperas e cortantes. SUPORTE DE CARGA: As estruturas, assim como todos seus componentes e peças, devem ser adequadas ao uso de pessoas com até 250kg, sendo responsabilidade exclusiva do fornecedor apresentar materiais com as características de resistência adequadas.				
--	--	--	--	--

**\* É OBRIGATÓRIO INFORMAR A MARCA E, SE FOR O CASO, O MODELO COTADO.**

**PROPOSTA VÁLIDA POR 120 (cento e vinte) DIAS.**

#### **DADOS DA EMPRESA**

NOME DA EMPRESA:

NOME E E-MAIL PESSOAL DO RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

ENDEREÇO:

CIDADE:

ESTADO:

CEP:

TELEFONE:

CELULAR:

E-MAIL:



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 1453/2022-1

CNPJ:

BANCO:

Agência nº:

Dígito:

Conta Corrente nº:  
CORRENTE N.º:

Dígito:

Local e data:

Nome do representante legal da empresa

Carimbo da empresa licitante

Assinatura do representante legal da empresa



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 1453/2022-1

## CADASTRO DE RESERVA

A empresa abaixo relacionada está incluída no Cadastro de Reserva, comprometendo-se a praticar, sob as penas da lei, os preços registrados na presente ata, no caso de exclusão da primeira colocada, ocasião em que será verificada se a empresa cadastrada mantém as condições de habilitação previstas em edital e se o produto ofertado cumpre os requisitos indicados no Termo de Referência (Anexo I), inclusive com aplicação de teste, se previsto no documento convocatório.

A inclusão no Cadastro de Reserva deve-se a manifestação da empresa, obedecida a ordem da última proposta apresentada na fase competitiva.

ITEM ____				
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
____	_____	____		
VALOR TOTAL – ITEM ____				

## DADOS DA EMPRESA

NOME DA EMPRESA:

NOME E E-MAIL PESSOAL DO RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DA ATA DE  
REGISTRO DE PREÇOS:

ENDEREÇO:

CIDADE:

ESTADO:

CEP:

TELEFONE:

CELULAR:

E-MAIL:

CNPJ:

BANCO:

Agência nº:

Dígito:

Conta Corrente nº:  
CORRENTE N.º:

Dígito:

Local e data:

Nome do representante legal da empresa  
Carimbo da empresa licitante

Assinatura do representante legal da empresa



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 1453/2022-1

**ANEXO III AO EDITAL**  
**MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº \_\_\_\_ / 20\_\_**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**  
**N.º .....**

O Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, com sede na Rua Barão de Jaguará, 901, Centro, na cidade de Campinas/SP, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 03.773.524/0001-03, neste ato representado(a) pelo(a) Sra. Secretária da Administração, \_\_\_\_\_ (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria DG nº 01/2018, artigo 3º, publicada no DOE – Poder Judiciário – de 26/12/2018, portador(a) da matrícula funcional nº ....., considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS, PROAD nº 1453/2022, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

**1. DO OBJETO**

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a Contratação de fornecimento eventual de poltronas giratórias e cadeiras fixas para o TRT da 15ª Região, conforme as especificações e condições constantes no Termo de Referência, Anexo I do edital, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

**2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

ITEM 1				
Descrição	Quant.	Marca/ Modelo	VI. Unit. (R\$)	VI. Total (R\$)





Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 1453/2022-1

<p><b>POLTRONA GIRATÓRIA COM ESPALDAR MÉDIO E SEM APOIO DE BRAÇO. ASSENTO:</b> moldado anatomicamente dentro das normas de ergonomia; estruturado em concha; fabricado em compensado multilaminado resinado com espessura mínima de 10,5 mm ou em polipropileno injetado de alta resistência mecânica com espessura mínima de 12 mm; com mecanismo de regulagem de altura, por meio de alavanca, com curso mínimo de 50 mm; e fixado a base por estrutura em aço reforçada. <b>ENCOSTO:</b> espaldar médio; moldado anatomicamente dentro das normas de ergonomia; estruturado em concha; fabricado em compensado multilaminado resinado com espessura mínima de 10,5 mm ou em polipropileno injetado de alta resistência mecânica com espessura mínima de 12 mm; com mecanismo de regulagem de altura com curso mínimo de 10 (dez) posições; e fixado ao assento por estrutura em aço reforçada. <b>ESTOFAMENTO:</b> espuma moldada anatomicamente dentro das normas de ergonomia; e fabricada em poliuretano injetado flexível de alta resistência, com densidade controlada de 45 a 55 kg/m<sup>3</sup>, com espessura média de 40 mm. <b>REVESTIMENTO:</b> tecido ou vinil; e com fechamento sem costura ou com costura dupla. <b>MECANISMO:</b> fabricado em chapa de aço estampado; com sistema anti-impacto; e regulagem de inclinação do encosto com bloqueio em qualquer posição, por meio de alavanca, com mecanismo independente ao de regulagem de inclinação do assento. <b>BASE:</b> giratória (360º); fabricada em nylon ou aço estampado; e apoiada em 5 (cinco) hastes fabricadas em nylon ou aço estampado. <b>COLUNA CENTRAL:</b> fabricada em tubo de aço com sistema de regulagem de altura por acionamento pneumático ou a</p>	600 unid.			
--	-----------	--	--	--



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 1453/2022-1

<p>gás; com rotação sobre rolamento de esferas; e sistema de acoplamento ao mecanismo e a base através de cone Morse. RODÍZIOS: duplos com diâmetro mínimo de 50 mm; fabricados em resina de engenharia injetada. ACABAMENTO: capas de proteção do contra assento e contra encosto fabricadas em polipropileno texturizado ou fibra de vidro, com espessura mínima de 3 mm. Capa telescópica da coluna central, se necessária, fabricada em polipropileno. Componentes de plástico na cor preta. Partes metálicas, utilizadas no processo de fabricação, com pintura eletrostática em epóxi pó na cor preta e tratamento anticorrosão (fosfatizado). DIMENSÕES APROXIMADAS: ENCOSTO com altura entre 490 e 518 mm e largura entre 435 e 474 mm. ASSENTO com profundidade entre 470 e 498 mm e largura entre 460 e 510 mm. OBSERVAÇÕES GERAIS: todas as poltronas deverão conter o selo do fabricante e ser fornecidas com manual do usuário, que conste a classificação, as instruções para uso e regulagem e as recomendações de segurança cabíveis. Quando necessárias deverão ser utilizadas soldas MIG com acabamento sem falhas ou bolhas. A empresa deverá fornecer poltrona em conformidade com a norma ABNT 13962:2018, a qual especifica as características físicas e dimensionais e classifica as cadeiras para escritório, bem como estabelece os métodos para a determinação dimensional, da estabilidade, resistência e durabilidade de cadeiras de escritório, de qualquer material. ou norma mais atualizada. A espuma deverá ser de poliuretano de primeira qualidade sem a presença de carga ou impurezas, isenta de CFC e deverá atender a NBR 9178:2015 ou norma mais atualizada.</p>				
--	--	--	--	--



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 1453/2022-1

ITEM 2				
Descrição	Quant.	Marca/ Modelo	Vi. Unit. (R\$)	Vi. Total (R\$)
<b>CADEIRA FIXA PARA OBESOS COM APOIO DE BRAÇOS.</b> Cadeira fixa para espera, com braços, em formato anatômico, mecanicamente e ergonomicamente adequada para as condições morfológicas e antropométricas dos usuários e não apenas ter a capacidade de carga maior. CRITÉRIOS NORMATIVOS: os assentos destinados ao público portador de obesidade devem atender às especificações contidas na NBR9050:2015: a) profundidade do assento mínima de 0,47 m e máxima de 0,51 m, medida entre sua parte frontal e o ponto mais frontal do encosto tomado no eixo de simetria; b) largura do assento mínima de 0,75 m, medida entre as bordas laterais no terço mais próximo do encosto. É admissível que o assento para pessoa obesa tenha a largura resultante de dois assentos comuns, desde que seja superior a esta medida de 0,75 m; c) altura do assento mínima de 0,41 m e máxima de 0,45 m, medida na sua parte mais alta e frontal; d) ângulo de inclinação do assento em relação ao plano horizontal, de 2º a 5º; e) ângulo entre assento e encosto de 100º a 105º. Os assentos devem suportar uma carga mínima de 250 kg. f) apoios de braço devem ter altura entre 0,23 m e 0,27 m em relação ao assento. ASSENTO: Internamente confeccionado em madeira compensada, prensada e multilaminada, 18mm de espessura mínima. Estofamento com espuma de poliuretano injetado de alta resistência, com espessura mínima de 60mm e densidade mínima de 55kg/m³, flexível e indeformável, auto-extinguível, isento de CFC, alta tensão de alongamento e ruptura,	153 unid.			



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 1453/2022-1

baixa fadiga dinâmica e baixa deformação permanente. Face posterior do assento revestido por capa de polipropileno injetado e texturizado, com espessura mínima de 2mm, com bordas arredondadas. Assento com borda frontal curvada, conforme NBR9050:2015. ENCOSTO: Internamente confeccionado em madeira compensada, prensada e multilaminada, 18mm de espessura mínima. Estofamento com espuma de poliuretano injetado de alta resistência, com espessura mínima de 50mm e densidade mínima de 55kg/m3, flexível e indeformável, auto extingüível, isento de CFC, alta tensão de alongamento e ruptura, baixa fadiga dinâmica e baixa deformação permanente. Encosto com formato anatômico para apoio lombar, conforme NBR9050. Face posterior do encosto revestido por capa de polipropileno injetado e texturizado, com espessura mínima de 2mm, com bordas arredondadas. ESTRUTURA: Em longarina longitudinal confeccionada em tubo metálico retangular e placas de aço estampado, soldadas à longarina com suporte de reforço. Coluna vertical fabricada em tubo metálico, soldado ao pé da estrutura. Pé horizontal fabricado em chapa de aço estampada, com sapatas niveladoras em polipropileno. Suporte para encosto confeccionado em chapa de aço estampado. REVESTIMENTO: Em couro sintético ou revestimento similar, cor preta. A resistência do revestimento deverá ser adequada ao uso de pessoas com até 250kg, sendo responsabilidade exclusiva do fornecedor apresentar material com as características de resistência adequadas. ACABAMENTO: Toda estrutura metálica recebe tratamento com fostatização, anti-ferrugem e pintura eletrostática com tinta epóxi-pó cor preta com propriedades de resistência a agentes químicos. As				
---	--	--	--	--



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 1453/2022-1

fixações na estrutura de madeira do assento e encosto são feitas através de parafusos e porcas com garras cravadas na madeira. As soldas são de superfície lisas, uniformes e homogêneas, sem superfícies ásperas e cortantes. SUPORTE DE CARGA: As estruturas, assim como todos seus componentes e peças, devem ser adequadas ao uso de pessoas com até 250kg, sendo responsabilidade exclusiva do fornecedor apresentar materiais com as características de resistência adequadas.				
--	--	--	--	--

### 3. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTE

3.1. O órgão gerenciador será este Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região.

### 4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

### 5. VALIDADE DA ATA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir do(a)....., não podendo ser prorrogada.

### 6. REVISÃO E CANCELAMENTO

6.1. A Administração poderá realizar pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

6.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es), observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 1453/2022-1

6.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

6.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

6.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

6.5.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento dos materiais, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

6.5.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

6.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

6.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

6.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

6.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

6.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

6.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

6.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 6.7.1, 6.7.2 e 6.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

6.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

6.9.1. por razão de interesse público; ou

6.9.2. a pedido do fornecedor.

## **7. DAS PENALIDADES**

7.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 1453/2022-1

7.1.1. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente, nos termos do art. 49, §1º do Decreto nº 10.024/19.

7.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 5º, inciso X, do Decreto nº 7.892/2013), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 6º, Parágrafo único, do Decreto nº 7.892/2013).

7.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art. 20 do Decreto nº 7.892/2013, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

## **8. CONDIÇÕES GERAIS**

8.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, Anexo I ao Edital.

8.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, nos termos do art. 12, §1º do Decreto nº 7.892/13.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.

Campinas, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO  
(Representante Tribunal)

Nome Empresa  
FORNECEDOR

Responsável Legal da Empresa: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_